

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB / FAJS / DIREITO**

**1ª VERIFICAÇÃO DE RENDIMENTO / 1º SEMESTRE / 2010**

**DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO I**

**PROFESSOR: ELDIR COELHO DE SOUZA E OLIVEIRA**

**SEMESTRE: 7º**

**TURNO: VESPERTINO**

**TURMA: A**

**DATA DA PROVA: 28/09/2009**

**NOME DO ALUNO:**

**RA:**

**MENÇÃO:** *MS/4*

**A) INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA (LEIA COM ATENÇÃO):**

- COLOQUE O NOME COMPLETO E O RA NO CAMPO ACIMA.
- RESPONDA OBRIGATORIAMENTE TÔDAS AS QUESTÕES DA PROVA, SEM CONSULTA DE QUALQUER NATUREZA E APENAS COM CANETA AZUL OU PRETA.
- AS QUESTÕES SÃO DO TIPO SUBJETIVAS CONCISAS, SENDO QUE AS RESPOSTAS PODERÃO SER RESTRITAS OU AMPLAS, CONFORME O ENUNCIADO DE CADA QUESTÃO E/OU A PREFERÊNCIA DO DISCENTE. NA DÚVIDA, RESPONDA O MÁXIMO QUE SOUBER.
- PARA RASCUNHO, O ALUNO PODERÁ UTILIZAR FÔLHA EM SEPARADO, A SER FORNECIDA PELO PROFESSOR, QUE NÃO DEVERÁ SER DEVOLVIDA JUNTO COM A PROVA, OU O VERSO DAS FOLHAS DA PROVA, SENDO QUE EM AMBOS OS CASOS NÃO SERÃO LIDAS E/OU CONSIDERADAS AS RESPOSTAS NELAS CONTIDAS, PARA EFEITO DE CORREÇÃO DA PROVA, EXCETO NO CASO DA SITUAÇÃO DESCRITA NO ITEM SUBSEQUENTE SOBRE O ASSUNTO.
- CASO EXISTA DÚVIDA DE INTERPRETAÇÃO QUANTO A FORMULAÇÃO E CONSEQUENTE RESPOSTA DE ALGUMA QUESTÃO CONSULTE O PROFESSOR E, SE NECESSÁRIO, REGISTRE-A COM A RESPECTIVA RESPOSTA EM FÔLHA À PARTE, A SER FORNECIDA PELO DOCENTE, ANEXANDO-A A DA PROVA REALIZADA, COM A OBSERVAÇÃO DE QUE SE TRATA DA DÚVIDA CORRESPONDENTE.
- O (A) ALUNO (A) QUE TENTAR E/OU UTILIZAR MEIOS ILÍCITOS DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA SERÁ ADVERTIDO INDIVIDUALMENTE PELO DOCENTE E, CONFORME O CASO, PODERÁ OU DEVERÁ TER ESTA RECOLHIDA DE IMEDIATO, SENDO-LHE ATRIBUÍDA MENÇÃO SR.
- AOS RESULTADOS DAS PROVAS SERÃO ATRIBUÍDAS MENÇÕES CORRESPONDENTES, DE ACORDO COM O PERCENTUAL DAS QUESTÕES RESPONDIDAS CORRETAMENTE, CONFORME A

*M*

**METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ADOTADA PELO PROFESSOR.**

**B) DEVOLUÇÃO DAS PROVAS:**

- APÓS SUA CORREÇÃO, OS ORIGINAIS DAS PROVAS SERÃO DEVOLVIDOS EM SALA DE AULA, MEDIANTE RECIBO, AO ALUNO, OU, SE ESTE ESTIVER AUSENTE NA DATA DA DEVOLUÇÃO, AO REPRESENTANTE DE TURMA, PARA OS DEVIDOS FINS.

**C) QUESTÕES DA PROVA E RESPECTIVO PESO RELATIVO, PARA EFEITO DE ATRIBUIÇÃO DE MENÇÃO.**

**1. QUESTÕES SUBJETIVAS CONCISAS ( 50%, sendo 5% para cada questão)**

1.1. Mencione 05 ( cinco ) princípios básicos da Administração Pública excluindo os de legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência.

Resposta:

- 1.1.1. Pluralismo
- 1.1.2. Lateralidade
- 1.1.3. Descentralização
- 1.1.4. Delineação de competências
- 1.1.5. Controle

1.2. Mencione 05 ( cinco ) elementos integrantes dos atos administrativos.

Resposta:

- 1.2.1. Supetoriedade
- 1.2.2. Forma
- 1.2.3. Finalidade
- 1.2.4. Motivação
- 1.2.5. Objeto

1.3. Segundo a doutrina, os atos administrativos possuem atributos que os permitem diferenciar dos atos de direito privado. Mencione 04 ( quatro ) deles.

Resposta:

- 1.3.1. Baseada de legitimidade hierárquica
- 1.3.2. Imperatividade
- 1.3.3. Tipicidade
- 1.3.4. Auto vinculação

1.4. Apresente pelo menos 02 (duas) características dos órgãos que integram a administração direta.

Resposta:

- 1.4.1. São órgãos diretamente ligados ao Poder Executivo, Exército, DP, etc. (exemplos)
- 1.4.2. Não têm personalidade jurídica própria e não possuem bens próprios.

1.5. Como deve se processar o controle ou tutela das entidades de administração indireta no Brasil?

Resposta: Pelo princípio da tutela, as entidades de administração indireta devem ter funcionamento autônomo, para efeito de administração direta, que o exercem. Exceção: as empresas de economia mista submetidas ao controle judicial do Poder Judiciário que afetam interesses públicos.

1.6. Apresente 02 (duas) formas de se diferenciar as autarquias das fundações públicas.

Resposta:

- 1.6.1. Autarquia brasileira por lei específica para a execução de atividades típicas do Poder Público.
- 1.6.2. Fundação Pública: atribuição de personalidade jurídica a um patrimônio público de fins sociais, culturais, educacionais, etc.

1.7. Qual a diferença entre revogação e anulação dos atos administrativos?

Resposta:

- 1.7.1. Revogação: É a extinção de um ato válido, por motivo de sua inconveniência ou oportunidade. Pode ser feita pelo Poder Executivo. Tem efeito ex nunc.
- 1.7.2. Anulação: É a extinção de um ato por motivo de ilegalidade do ato, que se torna inexistente. Pode ser feita pelo Poder Judiciário. Tem efeito ex tunc.

1.8. Diferencie inclusive exemplificando atos administrativos vinculados de atos administrativos discricionários.

Resposta:

- 1.8.1. Atos administrativos vinculados: Esses atos, a administração deve agir estritamente dentro da lei, ou seja, a lei não dá liberdade para agir e substituí-la por seu discricionário. Ex: licitação de construção.
- 1.8.2. Atos administrativos discricionários: Esses atos, a administração pode agir dentro de sua discricionariedade. Ex: multa de trânsito, ou seja, cabe a administração a oportunidade de fazer ou não de acordo com a discricionariedade, mas dentro dos limites legais.

1.9. Diferencie motivo e motivação dos atos administrativos.

Resposta: -

- 1.9.1. Motivo: Motivo é o causal que deu origem, condições do ato, ou seja, o propósito da existência do ato administrativo.
- 1.9.2. Motivação: É o fundamento, decisão (ou) decisão que deve conter motivo referente ao ato.

10. O que são atos administrativos simples, complexos e compostos. Exemplifique cada um deles.

Resposta: Os atos simples são divididos em regulares e irregulares. Os regulares são os emitidos por apenas um órgão, um agente, tem apenas manifestação de vontade. Ex: decreto do Presidente da República. Os irregulares tem uma manifestação de vontade de autoridade.

10.1. ato simples regular: ato de autoridade. Ex: ato do Conselho de República.  
10.2. ato simples irregular: ato de autoridade. Ex: ato de autoridade.  
10.3. ato complexo: ato de autoridade. Ex: ato de autoridade.  
10.4. ato composto: ato de autoridade. Ex: ato de autoridade.

2. QUESTÕES OBJETIVAS ( 50%, sendo 5% para cada um dos itens abaixo relacionados). 45/2

2.1. Assinale CERTO OU ERRADO para cada uma das afirmações abaixo:

2.1.1. O entendimento predominante na doutrina em matéria de interpretação das normas de Direito Administrativo é o de que além da utilização analógica das regras de direito privado pertinentes há que se considerar os pressupostos de supremacia do interesse público, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e da discricionariedade de alguns destes com interpretação restritiva, quando colidirem com os direitos individuais dos administrados, pois a interpretação extensiva criaria norma nova ( CERTO )

2.1.2. Por sistema administrativo entende-se o regime adotado pelo Estado para a correção dos atos administrativos ilegais ou ilegítimos praticados pelo Poder Público, sendo que no Brasil adota-se desde a Constituição Republicana o da jurisdição única ( CERTO ).

2.1.3. Segundo o ditado popular " manda quem pode obedece quem tem juízo", no Direito Administrativo tal frase pode ser entendida da seguinte forma : face ao princípio da hierarquia o servidor público está obrigado a fazer tudo aquilo que seu chefe lhe ordenar para a prática de atos administrativos ( ERRADO ).

2.1.4. O princípio da supremacia do interesse público se utilizado pelas autoridades para prejudicar ou beneficiar terceiros ou em proveito próprio estará se desviando de suas finalidades e cometendo abuso de poder, pelo que deverá, nesta situação, prevalecer o princípio da legalidade, em virtude da prática do ato ser ilegal ( CERTO ).

2.1.5. Conforme a Constituição de 1988, as empresas públicas e sociedades de economia mista somente podem ser criadas por lei específica ( CERTO ).

2.1.6. Conforme a doutrina, de acordo com a posição que ocupam na estrutura estatal, denominam-se órgãos superiores os que tem origem na Constituição e, por isso, não estão subordinados a qualquer hierarquia, salvo o controle de ordem constitucional ( ERRADO ).

2.1.7. são características comuns às entidades de administração indireta, dentre outras, as seguintes: não possuem competência constitucional para legislar; possuem autonomia administrativa e financeira, mas não política, possuem patrimônio próprio ( CERTO ).

2.1.8. A competência é derogável e renunciável por acordo ou por vontade própria do agente público dela detentor ( ERRADO ).

2.1.9. O silêncio da Administração Pública, quando embora provocada, não oferece resposta ou deixa de expedir o ato administrativo necessário, pode acarretar conseqüências concretas perante a própria administração e a justiça, em especial para os agentes públicos omissos, os quais, pelo cometimento de infração funcional, deverão arcar com as responsabilidades decorrentes ( CERTO ).

M

2.10. A nomeação pelo Presidente da República de Ministro do Supremo Tribunal Federal constitui um ato administrativo normativo, abstrato e vinculado (e ~~ESSE~~ ~~TO~~ ~~(~~ ~~)~~ ~~.~~ ~~E~~).

24